



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS  
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

<b>Processo nº</b>	10972.000159/2008-56
<b>Recurso nº</b>	Voluntário
<b>Acórdão nº</b>	<b>2201-001.815 – 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária</b>
<b>Sessão de</b>	19 de setembro de 2012
<b>Matéria</b>	IRPF
<b>Recorrente</b>	WILSON MOREIRA SOBRINHO - ESPÓLIO
<b>Recorrida</b>	DRJ-JUIZ DE FORA/MG

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF**

Exercício: 2006

IRPF. LANÇAMENTO COM BASE EM DEPÓSITOS BANCÁRIOS. PROCEDIMENTO FISCAL INICIADO APÓS O FALECIMENTO DO TITULAR DA CONTA BANCÁRIA. INTIMAÇÃO AO ESPÓLIO. VALIDADE. A presunção de omissão de rendimentos de que trata o artigo 42 da Lei nº 9.430, de 1996 requer a prévia e regular intimação do titular da conta bancária para comprovar as origens dos depósitos bancários, não sendo válida, para este fim, no caso de falecimento do titular da conta bancária, a intimação dirigida ao espólio ou aos sucessores.

Recurso provido

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso.

Assinatura digital  
Maria Helena Cotta Cardozo – Presidente

Assinatura digital  
Pedro Paulo Pereira Barbosa - Relator

EDITADO EM: 28/09/2012

Participaram da sessão: Maria Helena Cotta Cardozo (Presidente), Pedro Paulo Pereira Barbosa (Relator), Eduardo Tadeu Farah, Rodrigo Santos Masset Lacombe, Gustavo Lian Haddad e Rayana Alves de Oliveira França.

## Relatório

WILSON MOREIRA SOBRINHO – ESPÓLIO, por intermédio de Luciana de Aguiar Moreira (inventariante) interpôs recurso voluntário contra acórdão da DRJ-JUIZ DE FORA/MG (fls. 116) que julgou procedente lançamento, formalizado por meio do auto de infração de fls. 02/20, para exigência de Imposto sobre Renda de Pessoa Física – IRPF, referente ao exercício de 2006, no valor de R\$ 218.355,42, acrescido de multa de ofício e de juros de mora, perfazendo um crédito tributário total lançado de R\$ 300.675,41.

A infração que ensejou o lançamento foi a omissão de rendimentos caracterizada por depósitos bancários com origens não comprovadas, conforme detalhadamente descrito no Auto de Infração e Relatório de Ação Fical a ele anexo.

O Contribuinte impugnou o lançamento e se insurgiu, inicialmente, contra a quebra do sigilo bancário. Argumenta que a Lei Complementar exige, para que o Fisco possa requerer o acesso à movimentação financeira dos contribuintes, a observância de certos pressupostos básicos, como a exigência de indícios de ilícito tributário, o que não se verificou no caso; que, portanto, a quebra do sigilo bancário se deu de forma irregular.

Insurge-se também contra a própria apuração de omissão de rendimentos, com base em presunção. Argumenta que sem outros indícios que corroborassem a presunção de omissão de rendimentos, baseada apenas da falta de comprovação das origens dos depósitos, o art. 42 da Lei nº 9.430, de 1996 acaba por alcançar valores que não configuram renda. Quanto a este ponto ressalta as dificuldades encontradas pela inventariante para reunir provas das origens dos depósitos em contas do *de cuius*.

Sobre as contas conjuntas, afirma que toda a movimentação financeira lhe pertencia, razão pela qual não se aplica a regra do § 6º do art. 42 da Lei nº 9.430, de 1996. E pede, alternativamente, que, caso não seja acatada esta alegação, que seja determinada diligência junto às instituições financeiras para que confirmem o fato.

Por fim, o Contribuinte argumenta que o processo deve reger-se pela verdade real e não pela verdade meramente processual e que, portanto, não se poderia considerar como se renda fosse meras movimentações financeiras.

A DRJ-JUIZ DE FORA/MG julgou procedente o lançamento com base nas considerações a seguir resumidas.

Inicialmente, rechassou a alegação de nulidade do lançamento, ressaltando que o procedimento fiscal e a autuação observaram as regras do processo administrativo fiscal constantes do Decreto nº 70.235, de 1972.

Sobre a quebra do sigilo bancário, observou que, também quanto a este aspecto, o procedimento fiscal transcorreu em conformidade com a legislação; que a Lei Complementar nº 105, de 2001, regulamentada pelo Decreto nº 3.724, de 2001, disciplina as

condições e os procedimentos para a obtenção por parte do Fisco das informações sobre a Autenticado digitalmente em 29/10/2012 por PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA, Assinado digitalmente em 29/10/2012 por PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA, Assinado digitalmente em 31/10/2012 por MARIA HELENA COTTA CARDozo

movimentação financeira dos contribuintes e que tais orientações foram devidamente observadas.

Quanto à possibilidade do lançamento com base em presunção de omissão de rendimentos a partir de depósitos bancários, ressaltou a DRJ que se trata, nestes casos, de presunção decorrente da própria lei que prevê a hipótese de se considerar, como se rendimentos fossem, valores depositados em contas bancárias cujas origens, regularmente intimado, o Contribuinte não logre comprovar; que o Fisco se limitou, neste caso, a aplicar o que determina a lei. Ressaltou, portanto, a regularidade do lançamento com base em depósitos bancários, que tem previsão legal expressa no art. 42 da Lei nº 9.430, de 1996.

O Contribuinte tomou ciência da decisão de primeira instância em 18/03/2001 (fls. 126) e, em 06/04/2011, interpôs o recurso voluntário de fls. 127/141, que ora se examina, e no qual reitera, em síntese, as alegações e argumentos da impugnação.

Especificamente sobre a quebra do sigilo bancário invoca decisão do Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário nº 389808 e sustenta que tal decisão está sujeita a repercussão geral, nos termos dos arts. 543-A e 543-B do Código de Processo Civil, e que o CARF deveria adotar tal decisão nos seus julgados por força do art. 53, § 4º e 62-A do seu Regimento Interno.

É o relatório.

## Voto

Conselheiro Pedro Paulo Pereira Barbosa – Relator

O recurso é tempestivo e atende aos demais requisitos de admissibilidade. Dele conheço.

### Fundamentação

Como se colhe do relatório, o lançamento neste caso foi realizado em face do espólio de WILSON MOREIRA SOBRINHO, falecida em 02/08/2007, conforme atestado de óbito às fls. 30. A ação fiscal iniciou-se após o evento óbito, com a entrega, em 10/03/2008, no domicílio fiscal do sujeito passivo, do Termo de Início de Fiscalização (fls. 27/28).

A intimação para comprovar a origem dos depósitos já foi dirigida, portanto, ao espólio, por seu representante legal, no caso, a inventariante.

Nestas circunstâncias, independentemente das questões arguidas na defesa e de qualquer consideração sobre a existência ou não, neste caso, da responsabilidade e dos seus

Documento assinado digitalmente em 29/10/2012 por PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA, Assinado digitalmente em 29/10/2012 por PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA, Assinado digitalmente em 31/10/2012 por MARIA HELENA COTTA CARDOZO

Impresso em 05/11/2012 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

limites, este Conselho tem reiteradamente decidido no sentido de que, no caso de lançamento com base em depósitos bancários de origem não comprovada, a intimação para comprovar a origem dos depósitos deve ser feita, necessariamente, ao titular da conta bancária; que não é válida a presunção legal quando se intima o espólio, na pessoa do inventariante ou dos sucessores do sujeito passivo, para comprovar a origem de depósitos feitos em conta do “*de cuius.*”

A questão é que o art. 42 da Lei nº 9.430, de 1996, já no seu *caput* refere-se à regular intimação do titular da conta bancária, a saber:

*Art. 42. Caracterizam-se também omissão de receita ou de rendimento os valores creditados em conta de depósito ou de investimento mantida junto a instituição financeira, em relação aos quais o titular, pessoa física ou jurídica, regularmente intimado, não comprove, mediante documentação hábil e idônea, a origem dos recursos utilizados nessas operações.*

*§1º. O valor das receitas ou dos rendimentos omitido será considerado auferido ou recebido no mês do crédito efetuado pela instituição financeira.*

*§2º. Os valores cuja origem houver sido comprovada, que não houverem sido computados na base de cálculo dos impostos e contribuições a que estiverem sujeitos, submeter-se-ão às normas de tributação específicas, previstas na legislação vigente à época em que auferidos ou recebidos.*

*§3º. Para efeito de determinação da receita omitida, os créditos serão analisados individualizadamente, observado que não serão considerados:*

*I - os decorrentes de transferências de outras contas da própria pessoa física ou jurídica;*

*II - no caso de pessoa física, sem prejuízo do disposto no inciso anterior, os de valor individual igual ou inferior a R\$ 1.000,00 (mil reais), desde que o seu somatório, dentro do ano-calendário, não ultrapasse o valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais). (Vide Lei nº 9.481, de 1997)*

*§ 4º. Tratando-se de pessoa física, os rendimentos omitidos serão tributados no mês em que considerados recebidos, com base na tabela progressiva vigente à época em que tenha sido efetuado o crédito pela instituição financeira.*

*§ 5º. Quando provado que os valores creditados na conta de depósito ou de investimento pertencem a terceiro, evidenciando interposição de pessoa, a determinação dos rendimentos ou receitas será efetuada em relação ao terceiro, na condição de efetivo titular da conta de depósito ou de investimento. (Incluído pela Lei nº 10.637, de 2002)*

*§ 6º. Na hipótese de contas de depósito ou de investimento mantidas em conjunto, cuja declaração de rendimentos ou de informações dos titulares tenham sido apresentadas em separado, e não havendo comprovação da origem dos recursos nos termos deste artigo, o valor dos rendimentos ou receitas será imputado a cada titular mediante divisão entre o total dos*

*rendimentos ou receitas pela quantidade de titulares.(Incluído pela Lei nº 10.637, de 2002)*

Ora, embora, em regra, um representante legal ou um sucessor possa ser intimado em nome do espólio, neste caso, trata-se de situação peculiar, na qual se busca informações sobre movimentação financeira, que são personalíssimas e em relação às quais, certamente, não se pode esperar que um terceiro, que não o próprio titular, esteja habilitado a prestar.

Assim, penso que o requisito da prévia e “regular intimação” do “titular” da conta bancária, como condição para a presunção legal de omissão de rendimentos, só se cumpre com a intimação do próprio titular ou de um representante legal por este habilitado especificamente para este fim.

Foi neste mesmo sentido que se decidiu, por exemplo, nos seguintes julgados:

*IRPF - DEPÓSITO BANCÁRIO - RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA - ESPÓLIO - A obrigação de comprovar a origem dos depósitos bancários, para efeito do disposto no artigo 42, da Lei nº. 9.430, de 1996, é do(s) titular(es) da conta-corrente e tem natureza personalíssima. Portanto, não há como imputar ao espólio a obrigação de comprovar depósitos feitos à época em que o contribuinte - único titular das contas-correntes - era vivo. Nessas condições, não subsiste a ação fiscal levada a efeito, desde o seu início, contra o espólio e a inventariante.(Acórdão nº 104-22.983, de 23 de janeiro de 2008)*

*IRPF — DEPÓSITO BANCÁRIO — RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA — ESPÓLIO — A obrigação de comprovar a origem dos depósitos bancários, para efeito do disposto no artigo 42, da Lei nº 9.430, de 1996, é do(s) titular(es) da conta-corrente e tem natureza personalíssima. Portanto, não há como imputar ao espólio a obrigação de comprovar depósitos feitos à época que o contribuinte — único titular das contas-correntes — era vivo. Nessas condições, não subsiste a ação fiscal levada a efeito, desde o seu início, contra o espólio e a inventariante. Recurso de ofício negado. Acórdão nº 104-22.290, de 28 de março de 2007)*

*TRIBUTÁRIA - ESPÓLIO - A obrigação de comprovar a origem dos depósitos bancários, para efeito do disposto no artigo 42, da Lei nº 9.430, de 1996, é do(s) titular(es) da conta-corrente e tem natureza personalíssima. Portanto, não há como imputar ao espólio a obrigação de comprovar depósitos feitos à época que o contribuinte era vivo. Nessas condições, não subsiste a ação fiscal levada a efeito, desde o seu início, contra o espólio. (Acórdão nº 104-23.550, de 09 de outubro de 2008)*

*IRPF - DEPÓSITO BANCÁRIO - RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA - ESPÓLIO - A obrigação de comprovar a origem dos depósitos bancários, para efeito do disposto no artigo 42, da Lei nº. 9.430, de 1996, é do(s) titular(es) da conta-corrente e tem natureza personalíssima. Não há como imputar ao espólio ou*

*aos sucessores a obrigaçāo de comprovar depósitos feitos à época em que o contribuinte - único titular das contas-correntes - era vivo.(Acórdāo nº 2201.000489, de 03 de dezembro de 2009)*

Como se vê, estes julgamentos trataram de matéria semelhante a deste processo, em que a intimação para a comprovação das origens dos depósitos bancárias, feita com fundamento no art. 42 da Lei nº 9.430, de 1996, foi dirigida ao espólio ou aos sucessores.

Nestas condições, concluo que não é válida a presunção legal de omissão de rendimentos a partir de depósitos bancários com origens não comprovadas.

#### Conclusão

Ante o exposto, encaminho meu voto no sentido de dar provimento ao recurso.

Assinatura digital  
Pedro Paulo Pereira Barbosa



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS  
2ª CÂMARA/2ª SEÇÃO DE JULGAMENTO**

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 29/10/2012 por PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA, Assinado digitalmente em 29/10/2012 por PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA, Assinado digitalmente em 31/10/2012 por MARIA HELENA COTTA CARDozo

Impresso em 05/11/2012 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

Processo nº: 10972.000159/2008-56

## 1 TERMO DE INTIMAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no § 3º do art. 81 do Regimento Interno do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, aprovado pela Portaria Ministerial nº 256, de 22 de junho de 2009, intime-se o (a) Senhor (a) Procurador (a) Representante da Fazenda Nacional, credenciado junto à Segunda Câmara da Segunda Seção, a tomar ciência do Acórdão nº. 2201-001.815.

Brasília/DF, 28 de setembro de 2012.

---

Maria Helena Cotta Cardozo  
Presidente da Segunda Câmara da Segunda Seção

Ciente, com a observação abaixo:

- Apenas com Ciência
- Com Recurso Especial
- Com Embargos de Declaração